
Pós-construcionismo e neo-experimentalismo em Psicologia Social¹

Postconstructionism and new experimentalism in Social Psychology

Filipe Milagres Boechat *

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Francisco Teixeira Portugal **

Professor adjunto do Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A partir do exame de parte da literatura psicossociológica situada entre a década de 1970 e os dias atuais, o presente artigo pretende examinar e descrever os dois principais movimentos que, nas últimas quatro décadas, vêm modificando consideravelmente o perfil desta ciência (a saber, o Construcionismo Social e a Neurociência Social), como forma de apresentar, sumariamente, o estado atual da Psicologia Social e discutir alguns dos problemas epistemológicos que lhe são contemporâneos – como, por exemplo, o risco de reducionismo linguístico por parte do socioconstrucionismo e o risco de reducionismo fiscalista por parte da neurociência social.

Palavras-chave: Construcionismo social, Neurociência social, Psicologia social, Pós-construcionismo, Neo-experimentalismo.

ABSTRACT

Analyzing part of social psychological literature from 1970 to nowadays, we examine and describe the two main movements (Social Constructionism and Social Neuroscience) which, in the last four decades, have been considerably modifying the profile of this science, in order to present, briefly, the current state of Social Psychology and discuss some new epistemological problems that this science lives today – for example, the risk of linguistical reductionism by social constructionism and the risk of physicalist reductionism by social neuroscience.

Keywords: Social constructionism, Social neuroscience, Social psychology, Post-constructionism, Neo-experimentalism.

Em trabalho recente, dedicado à epistemologia e à historiografia das ciências sociais, enumeramos e descrevemos as principais orientações que constituem o domínio relativamente heterogêneo da Psicologia Social contemporânea (BOECHAT, 2009). Baseados naquela descrição, em absoluto exaustiva, ratificamos uma distinção

930

já consagrada entre duas formas de Psicologia Social. Ao lado de uma Psicologia Social não-experimental, caracterizada pela afirmação da “centralidade da linguagem” (RASERA; JAPUR, 2001; IÑIGUEZ, 2004), a bibliografia consultada confirmou a persistência e o desenvolvimento de uma Psicologia Social experimental, de inspiração inequivocamente positivista, cujo caráter fundamental parece residir no aspecto accidental conferido à linguagem na constituição do fenômeno humano (FARR, 1996; ROGERS, 2003).

No presente artigo, restringimos nossa atenção ao que consideramos ser o estado atual da Psicologia Social. Para tanto, lançamos mão de determinados textos da literatura psicossociológica compreendida entre as décadas de 1970 e os dias atuais, localizados em periódicos, livros-texto e manuais dedicados especialmente à definição de seu(s) objeto(s), método(s) e objetivo(s), mediante os quais buscamos contrapor duas posições bastante representativas da pesquisa psicossociológica contemporânea – visando, além disso, contribuir para o movimento de revisão historiográfica que caracteriza sua história recente.

Dadas, porém, a amplitude dessa literatura e as limitações impostas a um trabalho dessa natureza, restringimos deliberadamente nossa atenção a um conjunto bem determinado de textos em que o propósito de definição nos pareceu mais evidente e mais satisfatoriamente realizado, cientes das diferenças que separam um ou outro autor no que diz respeito a alguns temas que esperamos ter a oportunidade de contemplar em nossos próximos trabalhos.

História recente da Psicologia Social

A história e a historiografia da Psicologia Social mudaram consideravelmente desde o “texto fundador” de Gordon Allport (1954). Mesmo porque, a confiar nas palavras de Apfelbaum, “de 1945 até a década de 1970, ninguém da Psicologia Social se importava muito com sua história” (1992, p. 531). Ainda segundo a autora,

nós, como psicólogos sociais, estávamos todos muito ocupados definindo os diferentes campos e paradigmas, construindo as teorias, verificando hipóteses, e incrementando nossa sofisticação estatística e metodológica para que tivéssemos qualquer segundo de reflexão sobre nossa própria prática de pesquisa ou sobre a descoberta de nossas raízes. (1992, p. 531)²

Em certa medida, a crítica historiográfica da primeira metade do século XX contribuiu para pôr abaixo a hegemonia da filosofia positivista da história, com sua compreensão linear e progressista do desenvolvimento científico. Além disso, a partir da década de 1960,

como consequência das modificações político-econômicas e das exigências sociais características do pós-guerra, verificou-se, no meio acadêmico, o recrudescimento de uma reflexão sobre o estatuto do conhecimento e o papel do intelectual frente às novas demandas da sociedade civil. Vivia-se a "crise da psicologia social" (LANE, 1984). Daí em diante, uma parcela significativa de psicólogos sociais passava a considerar indispensável à justa compreensão de sua ciência a remissão aos determinantes culturais de suas pesquisas, às condições históricas concretas que, antes, julgavam controladas pela cega obediência aos ditames do método (SAMELSON, 1974; LUBEK, 1992)³.

De acordo com Marisela Hernández, o final do século XX assistiu a um intenso questionamento dos fundamentos do conhecimento científico. Um projeto de reformulação das noções de verdade, realidade, objetividade e racionalidade teria feito com que a filosofia da ciência passasse a ser concebida quase que hegemonicamente como sociologia do conhecimento⁴ (1997, p. 91-92) – o que, aliás, teria levado o psicólogo social Ronald Arendt a afirmar, há alguns anos, que "saímos do 'psicologismo' do início do século XX, para cairmos no 'sociologismo' dominante ao final dele" (2003, p. 3), como a sugerir que, por mais que evitemos, o anômico de hoje é freqüentemente o canônico de amanhã⁵.

Em todo caso, estejamos ou não diante de uma verdadeira encruzilhada, o que hoje não podemos negar é que a historiografia da Psicologia Social já não é *exclusivamente* a ingênua narrativa da superação progressiva de determinadas crenças metafísicas sobre a natureza das relações humanas em direção à descrição objetiva e experimentalmente bem fundamentada do comportamento social.

O Construcionismo Social e a Neurociência Social

Nas últimas quatro décadas, dois movimentos alteraram significativamente o perfil da Psicologia Social. De um lado, o desenvolvimento e a relativa consolidação institucional do Construcionismo Social contribuíram para que muitos psicólogos sociais viessem a modificar seus conceitos, redefinir seus procedimentos e rever seus próprios objetivos, insatisfeitos que estavam com os impasses epistemológicos e, sobretudo, com as consequências políticas da adesão irrefletida a uma determinada imagem do homem e da sociedade conseqüente aos princípios e subjacente aos procedimentos da metodologia experimental⁶. Por outro lado, o advento da Neurociência, advinda, por sua vez, da conjunção da Psicobiologia e das Ciências Cognitivas, vem levantando nos últimos anos a questão referente à obsolescência da inspiração positivista, que parecia, a muitos psicólogos sociais não-

experimentais, poder facilmente ser delegada a um passado acrítico ou dogmático da Psicologia Social.

A seguir, trataremos de esboçar as linhas gerais destes dois grandes movimentos, procurando levantar, em seguida, alguns dos problemas que lhes parecem consequentes.

O Construcionismo Social

Embora surgido na década de 1960, com o trabalho dos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann (1967), foi apenas na década de 1970, com a publicação do célebre artigo do psicólogo social norte-americano Kenneth Gergen (1973), que o Construcionismo Social contribuiu para um importante movimento de dissenso epistemológico no interior da Psicologia Social.

Nesse artigo, Gergen propunha que os psicólogos sociais passassem a considerar a Psicologia Social não mais como uma ciência experimental do comportamento social, mas como uma "ciência histórica" (2008, p. 475, 483). Sugeria, por essa via, o abandono de toda pretensão de reduzi-la ao modelo metodológico das ciências da natureza, dedicadas exclusivamente, segundo o autor, com a enunciação das leis eternas e universais do comportamento social (2008, p. 475).

A preocupação que este artigo demonstrava para com as consequências sociais e políticas da Psicologia Social era evidente. Sua conclusão apontava explicitamente para uma possível relevância social e política de uma pesquisa engajada não mais na predição e no controle, mas na promoção da liberdade por meio da sensibilização e do desenvolvimento de indicadores de disposições psicossociais (2008, p. 481-484).

Contudo, em artigo posterior dedicado a "clarificar os contornos e as origens do movimento socioconstrucionista" (1985, p. 266), Gergen tratou de deixar bastante claro que o Construcionismo Social não deveria deixar de ser compreendido como uma doutrina eminentemente *epistemológica*, ao afirmar que "o estudo do processo social poderia tornar-se padrão para compreender *a natureza do próprio conhecimento*" (1985, p. 266, *italico nosso*). De acordo com Gergen, "a crescente crítica da concepção positivista-empiricista do conhecimento danificou profundamente a visão tradicional de que a teoria científica serve para refletir ou mapear a realidade" (1985, p. 266), permitindo que a Psicologia Social se movimentasse "de uma epistemologia empirista para uma epistemologia social" (1985, p. 268)⁷, constituída, de acordo com a opinião de Raser e Japur, por "um novo arcabouço teórico baseado em uma concepção não empiricista do funcionamento da ciência e suas formas de investigação" (2001, p. 201).

Principais características do Construcionismo Social

Tomando como base alguns dos trabalhos de Gergen (1973, 1985, 1997) e as análises de Burr (1995), Iñiguez (2004), Rasera e Japur (2005) e Mello *et al.* (2007), podemos admitir que as principais características do Construcionismo Social são:

a) *anti-individualismo*: ao tomar a realidade social como o produto de um empreendimento coletivo, o Construcionismo Social visa combater a crença segundo a qual o indivíduo é a unidade fundamental da vida social (GERGEN, 1997), de modo a salientar “o processo de construção da realidade e de si mesmo através das possibilidades de negociação existentes nas relações grupais” (RASERA; JAPUR, 2001, p. 208) – compreendendo este processo não mais como expressão de determinadas faculdades que nos seriam consubstanciais, mas como “artefatos, produtos de intercâmbios entre pessoas historicamente situados” (GERGEN, 1985, p. 267).

b) *antiessencialismo, antirrealismo, relativismo*: embora essas doutrinas efetivamente difiram entre si (RASERA; JAPUR, 2005), todas elas dizem respeito, em maior ou menor medida, à mesma atitude, a um só tempo epistemológica e ontológica, que constitui o cerne das abordagens socioconstrucionistas, mediante a qual se pretende negar a existência e a cognoscibilidade dos objetos à revelia do agente cognoscente (IÑIGUEZ, 2004). Embora Rasera e Japur tenham reforçado recentemente que o Construcionismo Social é, de acordo com Gergen, “ontologicamente mudo” (2005, p. 26), as palavras do psicólogo social Tomás Ibáñez Gracia não nos deixam dúvidas. De acordo com o autor,

o construcionismo dissolve a dicotomia sujeito-objeto afirmando que nenhuma destas entidades existe propriamente com independência da outra, e que não é possível pensá-las como entidades separadas, questionando assim o próprio conceito de objetividade. (IÑÍGUEZ, 2004, p. 15, *itálico nosso*)

c) *anti-hegemonismo*: essa característica responde pelo caráter “imanentemente questionador” (MELLO *et al.*, 2007, p. 30) da abordagem socioconstrucionista, fazendo-a recorrentemente adversária de todo saber que erga pretensão de valer além de determinados limites históricos. Segundo a opinião do filósofo canadense Ian Hacking, autor do livro *The Social Construction of what?* (1999), o valor de um trabalho socioconstrucionista deve ser medido pelo seu maior ou menor efeito libertador, todo texto socioconstrucionista dedicando-se, assim, a demonstrar que algo não é inevitável “mostrando como se originou (o processo histórico) e assinalando os determinantes históricos puramente contingentes desse processo” (1999, p. 33). Ainda segundo Hacking, seria inútil e

mesmo redundante afirmarmos, ao menos no que diz respeito às ideias e aos objetos da esfera humana, que algo é construído socialmente, não cumprisse essa afirmação o papel de indicar-lhe a sua contingência, julgar-lhe moralmente mal e/ou imputar-lhe a censura parcial ou total (1999).

d) *historicismo*: o socioconstrucionismo considera ora uma ilusão, ora um erro (ora, ainda, um artifício malicioso) a identificação e/ou redução dos princípios que regulam a realidade social às leis que presumivelmente regulariam o curso dos fenômenos físicos (GERGEN, 1973; ROSE, 2008) – havendo, inclusive, quem considere fundamental o reconhecimento de determinações sociais à própria realidade física na medida que toda pesquisa repousa, em última instância, sobre a atividade de indivíduos e/ou de grupos que almejam garantir a manutenção de seus interesses (GERGEN, 1985; RASERA; JAPUR, 2001). De acordo com Iñiguez, “afirmar que ‘o social’ é histórico significa que as *práticas sociais* produzem conhecimento e constroem a realidade social” (2004, p. 20).

e) *antirrepresentacionismo performativista*: ao não tomar a linguagem como mero instrumento de representação, o Construcionismo Social deseja atentar para o “uso performativo da linguagem nos assuntos humanos” (GERGEN, 1985, p. 270), considerando-a capaz não apenas de informar-nos sobre determinados estados de coisa, mas também de modificá-los e produzi-los. Conforme Gergen, “descrições e explicações do mundo constituem elas próprias formas de ação social” (1985, p. 268). Prossegue o autor:

De acordo com as últimas análises de Wittgenstein, deixamos de ver os predicados mentais como possuindo uma relação sintática com um mundo de eventos mentais; em vez disso, como Austin e outros pós-wittgensteinianos propuseram, tais termos são convertidos nos termos das práticas sociais nas quais operam (p. 271).

O neo-experimentalismo e o desenvolvimento da Neurociência Social

Relativamente indiferente às críticas dirigidas ao experimentalismo nas últimas quatro décadas, alguns pesquisadores, muito recentemente, tem atribuído à Neurociência o nobilíssimo título de “chave para a compreensão dos comportamentos sociais” (EHRENBERG, 2004, p. 130). Segundo Decety e Keenan, editores do periódico *Social Neuroscience*, “na última década, um novo e excitante domínio acadêmico lançou-se na direção de explorar cientificamente os mecanismos biológicos da interação social” (2006, p. 1), consequência, na opinião de Cacioppo e outros, de “uma aproximação entre os níveis biológicos e sociais de análise”

consequentes à localização, no cérebro, de “construtos e processos psicossociais” (2004, p. 384).

Ainda segundo Decety e Keenan, “a neurociência social pode ser vagamente definida como a exploração dos processos neurológicos subjacentes aos processos tradicionalmente examinados pela psicologia social” (2006, p. 1). Nascida a partir do desenvolvimento da psicobiologia e das neurociências, a Neurociência Social nutriu-se do progressivo avanço das técnicas de imageamento cerebral (p. ex., o imageamento por ressonância magnética funcional e a tomografia por emissão de pósitrons) e da sofisticação das técnicas de aferição fisiológica, pretendendo, com isso, ocupar-se de todos aqueles fenômenos de que se ocupavam os psicólogos sociais experimentais da segunda metade do século XX. De acordo com John Cacioppo, Tyler Lorig, Howard Nusbaum e Gary Berntson,

os psicólogos sociais estudam uma série diversa e apaixonante de tópicos, indo dos processos intrapessoais modelados por ou em resposta a outros (tais como *self*, atitudes, emoções, identidade social, crenças normativas, percepção social, cognição social e atração interpessoal) aos processos interpessoais (tais como persuasão e influência social, comunicação verbal e não-verbal, relacionamentos interpessoais, altruísmo e agressão) e aos processos grupais (tais como facilitação, cooperação e competição, equidade, liderança, vieses extragrupais, tomada de decisão de grupo e comportamento organizacional) (2004, p. 383-384).

À diferença, porém, da Psicologia Social experimental prevalente e hegemônica até o fim do segundo terço do século XX, que limitava suas considerações àqueles determinantes comportamentais diretamente observáveis (com vistas a dirimir todo possível mentalismo), a Psicologia Social experimental contemporânea é uma ciência *neurocognitivista*, uma vez que suas pesquisas sustentam-se sobre os seguintes pressupostos:

a) É imprescindível que busquemos compreender o modo como as informações (estímulos, *inputs*) são processados pelo organismo. Dessa forma, o mero recurso à observação do comportamento, ainda que ela permaneça importante na determinação da relação entre tais ou quais fenômenos, deverá dar lugar a desenhos experimentais em que deverão comparecer variáveis não comportamentais (fisiológicas e, mais exatamente, neurofisiológicas). De acordo com Cacioppo, Lorig, Nusbaum e Berntson,

com o advento da cognição social, décadas atrás, medidas cronométricas, mascaramento (*masking*) e outras técnicas foram adicionadas ao armamento metodológico, e, mais importante, essa abordagem trouxe consigo uma rede conceitual para responder a perguntas sobre a representação

do fenômeno sócio-psicológico e sobre os componentes do processamento de informação subjacentes ao fenômeno sócio-psicológico. (2004, p. 384)

b) É igualmente necessário admitir a existência de uma base física ou, mais exatamente, neurofisiológica para o processamento dessas informações. Seus esforços vão todos, portanto, na direção de reduzir os “fenômenos sociais” aos seus mecanismos neurológicos subjacentes.

Todavia, apesar desta diferença, a Neurociência Social admite três princípios que parecem mantê-la sob o jugo daquela mesma opção epistemológica predominante na Psicologia Social experimental de outrora. Dado o evidente o *reducionismo fiscalista* que a constitui, não se compreende em que medida estaria a Neurociência Social em melhores condições do que seus antepassados comportamentalistas, no momento em que a vemos, em nome de uma imagem não-mecanicista e de uma concepção não-linear e não-simplista da causalidade física, admitir:

1) um “*determinismo múltiplo*”: este princípio determina que fenômenos de diversos outros sistemas devem ser levados igualmente em consideração no momento da observação dos fenômenos neurofisiológicos, na medida em que “um evento-alvo em um nível de organização [...] pode ter múltiplos antecedentes em ou entre outros níveis de organização” (CACIOPPO *et al.*, 2004, p. 385).

2) um “*determinismo não-aditivo*”: segundo esse princípio, “as propriedades do todo não são sempre e imediatamente predizíveis da propriedade das partes” (CACIOPPO *et al.*, 2004, p. 385), de maneira que se tornaria imprescindível a consideração de fatores sociais não diretamente e/ou imediatamente redutíveis a variáveis fisiológicas (tal como a posição de um determinado indivíduo na hierarquia do grupo social de que faz parte).

3) um “*determinismo recíproco*”: esse princípio estabelece que pode haver influências mútuas entre fatores microscópicos e macroscópicos na determinação do comportamento social. Por fatores microscópicos, devemos compreender os fenômenos fisiológicos cuja observação é agora possibilitada pelas novas tecnologias há pouco mencionadas. Os fenômenos macroscópicos compreendem, por sua vez, os fenômenos sociais há pouco listados – ainda que estes se reduzam, em última instância, a fenômenos de ordem microscópica (CACIOPPO *et al.*, 2004, p. 386).

Discussão

O Construcionismo Social hoje: “pós-construcionismo”?

Como vimos acima, o Construcionismo Social caracteriza-se por ser uma espécie de teoria do conhecimento voltada particularmente ao exame daquelas convicções que se nos apresentam como as mais

evidentes, desejando revelar-lhes, a partir da descrição de sua gênese mesma, seu caráter de "construção social". Apóia-se, no entanto, numa compreensão bastante particular da atividade teórica, segundo a qual a função do pensador assemelhar-se-ia mais ao papel social do engenheiro e do advogado do que aquele de um sacerdote ou de um sábio (RORTY, 2005, p. 124).

Por essa razão, Rasera exige-nos que não tomemos o Construcionismo Social como uma doutrina acabada, mas como "um campo de tensões", composto por posicionamentos epistemológicos distintos e contraditórios (*apud* MELLO *et al.*, 2007, p. 27), resultado, em grande medida, de seu espírito questionador, mas consequência também da própria exigência a que se submete de promover a "atenção à negociação" e o "reconhecimento da multiplicidade" (RASERA; JAPUR, 2001, p. 208), por meio dos quais se procura respeitar o caráter "dinâmico, fluido, situacional e relacional" dos processos de constituição dos fenômenos psicológicos e da própria realidade empírica (2001, p. 208).

Contudo, de acordo com Iñiguez, "um dos perigos da perspectiva construcionista é converter a noção de 'construção social' em algo de caráter estático e reificante, ou seja, algo permanente, produzindo o mesmo tipo de efeito que produzem as coisas" (2004, p. 23).

Com efeito, a recorrente crítica de seus próprios fundamentos tem levado alguns de seus principais porta-vozes a dizer que o Construcionismo Social vive hoje um momento delicado, onde cada vez mais parece evidente a necessidade de sua superação dado o risco dele vir a transformar-se numa nova ortodoxia. De tal maneira que, para Iñiguez,

a questão agora é, depois de mais de vinte anos: o construcionismo ainda mantém a mesma carga de rebeldia? Ou, ao contrário, estamos diante de uma nova forma de ortodoxia? E, se for o caso, comportará a execução de políticas similares de exclusão dos dissidentes? (2004, p. 29).

Esse estado de coisas tem levado alguns autores a anunciar, talvez precipitadamente, o surgimento de uma perspectiva pós-construcionista. Entretanto, este momento, ainda bastante controverso e mal definido, parece estar marcado mais pela radicalização da crítica, pela promoção do esforço historiográfico (SPINK; GIMENES, 1994; SPINK, 2007) e pela ampliação do pluralismo metodológico (SPINK, 2003) do que pelo aparecimento de uma orientação epistemológica efetivamente original (MATHER, 2002; PARKER, 1998).

Mais significativo do que isso, porém, parecem-nos as possíveis consequências do excessivo privilégio concedido pelo

socioconstrucionismo ao caráter performativo da linguagem. Afinal, de acordo com Rasera e Japur, o Construcionismo Social constitui uma "teoria relacional e dialógica da construção do significado [que] tem implicações ontológicas relativas à definição do eu, à produção do *self*" (2001, p. 203). Nesta teoria, o conhecimento e a linguagem seriam concebidos, de acordo com Mello *et al.*, "de um ponto de vista pragmático, uma vez que *nada mais são* do que descrições feitas de diferentes maneiras, em diferentes lugares e para atingir diferentes propósitos" (2007, p. 27, *itálico nosso*). Dessa forma, o conhecimento passaria a ser compreendido como produto de uma negociação, resultando "numa ampla variedade de diferentes formas, e podemos assim falar de numerosas 'construções sociais' do mundo possíveis" (BURR, 1995, p. 3).

Todavia, esta espécie de *reduccionismo linguístico* já foi apontada como um obstáculo à promoção do socioconstrucionismo (HACKING, 1999, p. 24). Daí decorreriam, ademais, as acusações de promover certo desprezo pelo papel da experiência pessoal e de vincular-se a um relativismo epistemológico, ontológico e moral (RASERA; JAPUR, 2005) cujas consequências no plano social e político necessitariam melhores esclarecimentos. Mesmo porque, conforme a pertinente observação de Arendt, este debate em torno da questão relativa ao estatuto do conhecimento nas ciências humanas "vai muito além de uma mera discussão metodológica nas ciências", envolvendo "problemas de ordem político-econômica, estética, sociológica, cultural, científica e tecnológica" consequentes ao Iluminismo (2003, p. 6).

Aliás, em conformidade com Rasera e Japur, Arendt afirma que o socioconstrucionismo comunga dos "princípios conceituais da filosofia pós-moderna", na medida em que o constituem "a crítica ao acesso possível a uma realidade independente do indivíduo" e a "rejeição de um enfoque cartesiano de investigação científica fundado no rigor e na objetividade" (2003, p. 3)⁸. O autor aponta, ainda, para a "contradição performativa" (ARENDR, 2003, p. 12) imanente aos argumentos socioconstrucionistas e para a necessidade de elaboração de um Construcionismo Social "menos *hard*" (2003, p. 12), ao passo que Munné, no entanto, admite que a insustentabilidade epistemológica do socioconstrucionismo não elimina seu poder de crítica aos modelos de cientificidade vigentes.

A Neurociência Social hoje

De tudo quanto dissemos há pouco, fica claro que a inspiração positivista ainda vigora em parte não desprezível da Psicologia Social. O notável entusiasmo de seus representantes⁹, o progressivo crescimento e a aparentemente irrefreável consolidação institucional da Neurociência Social, sua difusão social verificada pela presença

cada vez mais comum nos meios de comunicação de massa, tudo isso nos dá provas de que o preconceito positivista não pertence, de maneira nenhuma, ao passado da Psicologia Social.

De acordo com o sociólogo francês Alain Ehrenberg, a Neurociência divide em três seu âmbito de preocupações: teórico, prático e social. Segundo o autor,

a perspectiva teórica é a explicação do espírito sobre uma base exclusivamente materialista a partir do postulado de que o cérebro é o 'fundamento' do espírito. Essa perspectiva não é nova, mas o contexto de progresso científico e de intensa preocupação com o sofrimento psíquico e com a saúde mental faz dela, hoje em dia, uma perspectiva prática (profissional e terapêutica) [...] A perspectiva social se situa, ao mesmo tempo, nestas questões terapêuticas e além delas: em que medida a referência ao cérebro para descrever e compreender os comportamentos sociais é suscetível de entrar na linguagem comum? (2004, p. 132-133)

Além disso, vale ressaltar que os neurocientistas sociais têm dedicado algum esforço para, pouco a pouco, ainda que timidamente, reescrever por sua própria conta a história da Psicologia Social (BERNTSON; CACIOPPO, 2000), o que nos dá novamente prova de que, hoje como ontem, a Psicologia Social vive a luta de uma de suas partes pelo domínio de seu todo, de que a luta pela hegemonia do discurso psicossociológico é, conforme observamos noutra ocasião (BOECHAT, 2009), ainda realidade.

Por último, cabe mencionar aqui a recente controvérsia suscitada pelo artigo de Resnik, em que o autor levanta problemas à abordagem eliminativista (2000), reclamando a consideração do fenômeno (supostamente elementar) da dor a partir de uma abordagem culturalista.

Conclusão

A bibliografia consultada permitiu-nos examinar dois grandes movimentos, em princípio contraditórios, que alteraram significativamente o perfil da Psicologia Social nos últimos 40 anos. De um lado, o desenvolvimento e a relativa consolidação institucional do Construcionismo Social contribuiu para que os psicólogos sociais dirigissem suas pesquisas para uma crítica do modelo representacional do conhecimento mediante a afirmação do caráter performativo da linguagem, insistindo, além disso, na necessidade de crítica dos sistemas de pensamento hegemônicos pela afirmação da determinação coletiva e histórica do conhecimento. Por outro lado, o advento da Neurociência Social levantou novamente a questão referente à obsolescência da inspiração positivista - ainda que seus representantes suponham suplantarem os impasses do

experimentalismo do segundo terço do século XX por desenvolver suas pesquisas sob a base de um determinismo "múltiplo", "não-aditivo" e "recíproco".

A presença destes dois movimentos no interior da Psicologia Social contemporânea é significativo. Testemunha da persistência de uma tensão, no interior das ciências humanas, entre duas maneiras bastante distintas de compreender o fenômeno humano. Conforme disse Harré:

há, principalmente, duas maneiras de se representar os seres humanos e seus modos de vida que têm sido dominantes em vários ramos dos estudos humanos desde o século dezanove. Por um lado, há o modo de representar a vida humana como a soma das interações de 'mecanismos' individuais. (...) Por outro lado, há a representação da vida humana como uma atividade coletiva, na qual os indivíduos trabalham para realizar suas intenções e realizar seus projetos de acordo com regras e normas locais. (1999, p. 43)

É indiscutível, no entanto, que as modificações técnicas que motivaram o desenvolvimento da Neurociência Social deixam intactas a imagem do homem e da sociedade características de sua atitude epistemológica. Por outro lado, embora o privilégio concedido à dimensão pragmática da linguagem tenha renovado o interesse pela pesquisa psicossocial, permitindo-a reconduzir-se em direção ao terreno das ciências sociais, não decorre daí que devemos reduzir *toda* linguagem ao seu aspecto de instrumento - observação significativa quando se considera as possíveis consequências políticas da redução da linguagem à categoria de instrumento a serviço da satisfação de fins sempre particulares (MACKENZIE, 1998; HAACK, 2004).

Enfim, enquanto o Construcionismo Social caminha para um estado de apreensão quanto às consequências políticas de sua posição epistemológica (lembramos apenas que liberalismo econômico e relativismo cultural acompanham frequentemente o pensamento neopragmatista característico de parcela significativa dos psicólogos sociais não-experimentais), a Neurociência Social busca retomar um projeto cuja solução julga possível em razão do advento de novas tecnologias de aferição fisiológica e daquilo que, a seus olhos, configura o próprio malogro das orientações alternativas: a incapacidade de acordo entre os pesquisadores que recusam a subordinação das ciências sociais aos ditames metodológicos das ciências matemáticas da natureza.

Referências Bibliográficas

APFELBAUM, E. Some Teachings from the History of Social Psychology. **Canadian Psychology**, v. 3, n. 3, p. 529-539, 1992.

- ALLPORT, G. W. The historical background of Modern Social Psychology. In: LINDZEY, G. (Ed.). **Handbook of Social Psychology**. 1ª ed. Reading, MA: Addison-Wesley, v. 1, 1954, p. 3-56.
- ARENDT, R. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 5-13, 2003.
- BERNTSON, G. G.; CACIOPPO, J. T. Psychobiology and Social Psychology: past, present, and future. **Personality and Social Psychology Review**, v. 4. n. 1, p. 3-15, 2000.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. London: Allen Lane, 1967.
- BOECHAT, F. M. **A heterogeneidade epistemológica da Psicologia Social contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- BRITT, S. H. Social Psychologists or Psychological Sociologists: Which? **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 32, p. 314-318, 1935.
- BURR, V. **An introduction to Social Construcionism**. London: Routledge, 1995.
- CACIOPPO, J. T.; LORIG, T. S.; NUSBAUM, H. C.; BERNTSON, G. G. Social Neuroscience - Bridging Social and Biological Systems. In: SANSONE, C.; MORF, C. C.; PANTER, A. T. **The Sage handbook of methods in social psychology**. California: Sage Publications, Inc., 2004, p. 383-404.
- DECETY, J.; KEENAN, J. P. Social Neuroscience: A new journal. **Social neuroscience**. v. 1, n. 1, p. 1-4, 2006.
- EHRENBERG, A. Le sujet cerebral. **Ésprit**, v. 309, p. 130-155, nov. 2004.
- FARR, R. **The Roots of Modem Social Psychology: 1872 -1954**. Oxford: Blackwell, 1996.
- GERGEN, K. J. Social Psychology as History. **Journal of Personality and Social Psychology**. v. 26, n. 2, p. 309-320, 1973.
- _____. The Social Constructionist movement in Modern Psychology. **American Psychologist**. v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985.
- _____. **Realities and relationships**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- _____. **An invitation to social construction**. London: Sage, 1999.
- _____. A psicologia social como história. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 475-484, 2008.
- HAACK, S. Pragmatism, Old and New. **Contemporary Pragmatism**, v. 1, n. 1, p. 3-41, 2004.

- HACKING, I. **The social construction of what?** Harvard: Harvard University Press, 1999.
- HARRÉ, R. (1999). The rediscovery of the human mind: the discursive approach. **Asian Journal of Social Psychology**, v. 2, n. 4, p. 43-62.
- HERNÁNDEZ, M. Apariciones del Espiritu de la Posmodernidad en la Psicología Social contemporánea. **Psicologia & Sociedade**, v. 9, n. 1/2, jan.-dez., p. 91-112, 1997.
- IÑIGUEZ, L. (Ed.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. La Psicología Social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: GUARESCHI, N. M. de F. (Org.). **Estratégias de Invenção do Presente: a Psicologia Social no contemporâneo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 15-53.
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M. e CODO W. (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10-19.
- LOCK, A.; STRONG, T. **Social Constructionism: Sources and Stirrings in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press.
- LUBEK, I. The Histor(y-ies) of Social Psycholog(y-ies). **Canadian Psychology/Psychologic canadienne**, v. 33, n. 3, p. 657-661, 1992.
- MACKENZIE, C. Social Constructionist Political Theory. In: VELODY, I.; WILLIAMS, R. **The politics of constructionism**. London: SAGE, 1998.
- MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MATHER, R. Gergen's Social Constructionism: Postmodern or Post-Hegelian? **Theory Psychology**, v. 12, n. 5, p. 695-699, 2002.
- MELLO, R. P.; SILVA, A. A.; LIMA, M. L. C.; Di PAOLO, A. F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 26-32, 2007.
- MORAWSKI, J. G.; BAYER, B. M. Social Psychology. In: FREEDHEIM, D. K.; WEINER, I. B. **Handbook of Psychology**. v. 1, History of Psychology. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2003, p. 223-247.
- MUNNÉ, F. Constructivismo, Construccionismo y complejidad: la debilidad de la crítica em la Psicología Construccional. **Psicologia & Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 76-94, 1998.
- PARKER, I. Against Postmodernism: psychology in cultural context. **Theory Psychology**, v. 8, n. 5, p. 601-627, 1998.

RASERA, E.; JAPUR, M. Contribuições do Pensamento Construcionista para o Estudo da Prática Grupal. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 1, p. 201-209, 2001.

_____. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. **Paidéia**, v. 15, n. 36, p. 21-29, 2005.

RESNIK, D. B. Pain Pain as a Folk Psychological Concept: A Clinical Perspective. **Brain and Mind**, v. 1, p. 193-207, 2000.

ROGERS, W. S. **Social Psychology**: experimental and critical approaches. Maidenhead, Philadelphia: Open University Press, 2003.

RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Oxford: Blackwell Publ, 1979.

_____. **Pragmatismo e política**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008.

SAMELSON, F. History, Origin Myth and Ideology: The 'Discovery' of Social Psychology by Auguste Comte, **Journal of the Theory of Social Behaviour**, v. 4, p. 217-231, 1974.

SPINK, M. J. P.; GIMENES, M. G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994.

SPINK, M. J. P. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 7-14, 2007.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

Endereço para correspondência

Filipe Milagres Boechat

Estr. da Boiúna, 519, casa 22, Taquara, Jacarepaguá, CEP 22723-021, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Endereço eletrônico: filipeboechat@ufrj.br

Francisco Teixeira Portugal

Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFRJ, Av. Pasteur, 250, Pavilhão Nilton Campos, Urca, CEP 22290-240, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Endereço eletrônico: fportugal@ufrj.br

Recebido em: 05/04/2010

Aceito para publicação em: 08/09/2010

Acompanhamento do processo editorial: Ana Maria Jacó Vilela

Notas

*Mestre pelo Programa de pós-graduação em Psicologia da UFRJ.

**Doutor em Psicologia pela PUC-Rio, Professor do Programa de pós-graduação em Psicologia da UFRJ.

¹As traduções efetuadas neste artigo são da inteira responsabilidade de seus autores.

²A afirmação é, evidentemente, exagerada, se atentarmos para a numerosa bibliografia referente à Psicologia social já presente em periódicos sociológicos norte-americanos. Para maior precisão histórica, cf. MORAWSKI, J. G.; BAYER, B. M. (2003). *Social Psychology*. In: FREEDHEIM, D. K.; WEINER, I. B. **Handbook of Psychology**. v. 1, *History of Psychology*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

³Isto não significa que não houvesse, muito antes deste período, psicólogos reticentes quanto à submissão da Psicologia Social ao modelo metodológico da ciência experimental. Para maiores esclarecimentos a respeito dessa diferença de atitude epistemológica na América do Norte, cf. BRITT, S. H. (1935). *Social Psychologists or Psychological Sociologists: Which?* **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 32, p. 314-318.

⁴Por sociologia do conhecimento deve-se compreender aqui a disciplina orientada para a descrição da trama de relações subjacente à prática aparentemente desinteressada dos cientistas: a rede de relações em que se encontram, os papéis que desempenham frente aos seus pares e à sociedade e, muito frequentemente, os interesses macroeconômicos e macropolíticos que alimentam ou freiam o desenvolvimento de suas pesquisas, de maneira a indicar a não-autonomia do saber científico em relação às suas presumíveis estruturas sociais subjacentes e esclarecer os *limites sociológicos* da atividade científica.

⁵Referência à frase do sociólogo francês Michel Maffesoli. Cf. MAFFESOLI, M. (2001). **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, p. 16.

⁶Não se deve, contudo, ignorar a diferença da magnitude desta difusão entre os países de língua latina e os países anglofônicos.

⁷De acordo com a “visão tradicional”, o conhecimento deveria ser concebido como um espelhamento mais ou menos adequado do mundo. Gergen deu a essa perspectiva o nome de “perspectiva exogênica” (1985, p. 269), onde o conhecimento apareceria sob a forma de indução. Contrariamente a essa perspectiva exogênica, a “perspectiva endogênica” (p. 269) acentuaria o laço indissolúvel e originário entre o conhecimento e a própria estrutura cognitiva do homem, de maneira a de tentar “transcender o dualismo tradicional entre sujeito e objeto” (1985, p. 270), em superar a “contínua e não-resolvida disputa entre pensadores exogênicos (ou, nesse contexto, empiricistas) e pensadores endogênicos (racionalistas, idealistas, fenomenológicos)” (1985, p. 270).

⁸Importa ressaltar, porém, que Arendt discorda que o socioconstrucionismo tenha conseguido superar a separação moderna entre indivíduo e sociedade (2003, p. 12).

⁹Segundo Berntson e Cacioppo, “uma fênix está erguendo-se [...] das cinzas da histórica biologia comportamental” (2000, p. 4).